

O TESTAMENT POLITIQUE DO CARDEAL DE RICHELIEU PROBLEMAS E QUESTÕES

Alexandre Pierezan★

Resumo: O presente texto discute os problemas inerentes à seleção de obras para o estudo da História das Idéias Políticas. O *Testament politique* do Cardeal de Richelieu é usado como fonte/recurso para iluminar questões referentes ao período moderno, bem como perceber as diferentes formas que o historiador das idéias políticas hierarquiza as fontes de trabalho. A análise da trajetória do documento, os debates acerca da veracidade do *Testament politique* e os estudos pautados na idéia do príncipe revelam as dificuldades e os (pré) conceitos do historiador em relação às obras eleitas para a pesquisa.

Palavras-Chave: História das Idéias Políticas; *Testament politique*; Cardeal de Richelieu; França século XVII.

Abstract: The current text discusses the inherent problems to the selection of works for the study of the History of the Political Ideas. The Cardinal of Richelieu's *Testament politique* is used as a source/resource to make clear subjects referring to the modern period, as well as noticing the different forms that the historian of the political ideas places the work sources in a hierarchy. The analysis of the document's trajectory, the debates concerning the truthfulness of *Testament politique* and the studies ruled in the idea of the prince reveals the difficulties and the historian's pre-concepts in relation to the works chosen for the research.

Key Words: History of the Political Ideas; *Testament politique*; Cardinal of Richelieu; France, century XVII.

1 - No caminho de uma história das idéias políticas

“Assim como as fórmulas mágicas eram outrora utilizadas para curar doenças que ainda não podiam ser satisfatoriamente diagnosticadas, é comum hoje em dia, as pessoas usarem doutrinas mágicas como meio de

★Doutorando em História - UFF. E-mail: apierezan@hotmail.com

solucionar os problemas humanos e sociais sem se darem ao trabalho de estabelecer um diagnóstico não influenciado pelo desejo e pelo medo". (ELIAS, 1994: 74)

Armand-Jean du Plessis, cardeal e duque, nasceu aos nove dias do mês de setembro de 1585, na cidade de Paris, durante interlúdio tranquilo nas guerras religiosas, quando o último dos Valois, que foi rei da França, Henrique III, mantinha corte degenerada e brilhante em Paris.

Historicamente conhecido pela alcunha de Cardeal de Richelieu, foi o terceiro filho, de um total de cinco, três homens - Alphonse, Henri, e Armand-Jean - e duas mulheres - Françoise e Nicole. Seu pai, François du Plessis, *seigneur* de Richelieu, vindo de família pertencente à pequena nobreza de Poitou, casou-se, em 1569, com Suzanne de la Porte, filha de um prestigioso advogado do parlamento de Paris. O pai de François du Plessis foi pajem do rei Carlos IX e casou com a pobre e orgulhosa Françoise de Rochechouart, um dos nomes mais antigos da França (madame de Montespan, a favorita de Luís XIV, era também uma Rochechouart). O casal ficou indignado quando um dos seus filhos, François du Plessis, protegido do rei Henrique III, casou com a filha de um advogado de Paris, uma burguesa: Suzanne de la Porte. Suzanne era rica e os Richelieu tinham grande necessidade de dinheiro. O casamento unia prestígio e nobreza, o que muito importava ao pai de Suzanne e, ao mesmo tempo, significava muito para François du Plessis. A altiva Rochechouart, apesar da fortuna da nora, tratou-a sempre com pouco caso. E o pequeno Armand teve uma mãe resignada, abatida, humilde e doce. Amou-a de coração. Este foi, acredita-se, o seu único amor.

Grande parte dos biógrafos do Cardeal de Richelieu costuma demonstrar um menino com a saúde seriamente comprometida desde o nascimento. Após passar por períodos em que a própria mãe havia perdido as esperanças quanto à sua recuperação, o ainda menino Armand-Jean du Plessis reagiu. Rezando conforme o costume, e por perceber a melhora do menino, os familiares trataram de realizar seu batizado. A cerimônia seguiu à risca os rituais da nobreza fiel à família real e, logo em seu batizado, o futuro cardeal foi oferecido ao serviço da coroa. A festa foi intitulada pelo seu pai, com o seguinte dizer: *Regi Armandus*, "Armand para o rei". A designação demonstra a dedicação da família aos serviços reais e, ao mesmo tempo, foi meio de dar vida a um ritual, reforçando as posições de cada nobre no seio da nobreza palaciana, ainda em formação.

Contudo, para se desenvolver uma pesquisa, como acontece com a que está pautada na análise do *Testament politique* do cardeal e duque de

Richelieu, primeiramente é preciso detalhar algumas questões importantes sobre as fontes e a história das idéias políticas, para irmos além de aspectos biográficos. Deve-se estar atento, todavia, à análise detalhada de algumas fontes da época, informando que tratamento metodológico será dado e como as idéias políticas estiveram presentes no seu mundo de produção.

Para compreender e estudar as obras denominadas de literatura política, no caso do século XVII francês, dificilmente conseguiríamos distinguir uma que almejasse ser política e outra não, pelo fato da existência de várias correntes e, porque, classificá-las incorreria na exclusão de textos muitas vezes mais reveladores do que os propriamente políticos. Como bem apontou Norbert Elias, na epígrafe, as “fórmulas mágicas” camuflam, de certo modo, a interpretação de um texto que se quer como recurso para iluminar questões de uma dada época. Poderíamos perceber inferências ao príncipe nos escritos de La Bruyère, nas indicações do cardeal Mazarin, ou optar, como é o nosso caso, pelo estudo do *Testament politique* do cardeal de Richelieu. No entanto, a hierarquização de fontes compreende apenas um recurso de seleção para pesquisa, não significando mera qualificação.

Analisar o *Testament politique*, optar pelo seu estudo, implica em romper algumas barreiras. Primeiramente, por se tratar de obra excluída dos “grandes clássicos” do pensamento político. Voegelin fez questão de destacar, não no sentido pejorativo, o grande filão de estudos que poderiam resultar das obras distantes dos *grands douctrinaires* (VOEGELIN, 1979). Uma segunda questão reforça a primeira, pois é comum considerar o *Testament politique* como um “(...) documento muito prático que não lança quase luz nenhuma sobre as suas convicções religiosas ou sobre os seus ideais políticos. Ocupa-se apenas essencialmente, da sobrevivência do seu nome e da sua residência ao grau mais elevado de riqueza e de respeitabilidade aristocrática” (KNECHT, 1999: 50). Talvez, seja mais evidente considerar o desinteresse da cultura democrática contemporânea, que busca desqualificar a literatura política voltada aos príncipes por não possuir orientação moral e ética condizente com a atualidade.

Eric Voegelin argumenta sobre a importância de termos em mente os então denominados autores “menores”. A classificação, em princípio, pode parecer elitista, no entanto, reflete bem o que há muito se tem feito nos estudos da literatura política. De acordo com o autor, as produções também fazem parte do contexto da época. Precisam, portanto, receber atenção por parte do historiador que, preso às amarras e às teorias

“mágicas”, torna invisível pensadores que, por deselegância, ou por estilo rebuscado, poderiam revelar a amplitude social das idéias políticas de uma época.

O tratamento das questões históricas no trabalho reduz ou amplia o foco da pesquisa. De acordo com as perguntas, a vigília pode resultar em discrepâncias em relação ao objeto estudado e o amparo político que o respaldava na época. O medo, muitas vezes, leva-nos à utilização de questionários prontos com respostas dadas. Deste modo, estaríamos validando uma prática semelhante a inquisitorial, muito demonstrada em *O queijo e os vermes*, em que o inquisidor indefere a liberdade do interrogado Menocchio, baseado em suposições - tidas como verdades - obtidas através de um questionário pré-determinado por um corpo de teólogos especializados. Através deste processo, Carlo Ginzburg demonstrou toda “discrepância entre as perguntas dos juízes e as respostas dos acusados” (GINZBURG, 1987: 25), além de mostrar como “[...] um simples moleiro pôde pensar em *tomar a palavra* e expor suas próprias opiniões sobre a Igreja e sobre o mundo. [...] tivera *palavras* à sua disposição para exprimir a obscura, inarticulada visão de mundo que fervilhava dentro dele [...] contra os juízes armados de doutrina e poder” ((GINZBURG, 1987: 127-128).

Ao usarem elucubrações teológicas, os juízes, as maiorias das vezes distantes do entendimento e das explicações dadas pelos interrogados, não ouviam as respostas desejadas. Pode-se perceber, desta forma, como a hierarquização das fontes serve apenas como recurso de pesquisa, o que não implica inferiorizar fontes, por elas apresentarem estilo e ordenação pouco claros. Vale lembrar do processo de Menocchio, que, mesmo filtrado pelos inquisidores, pôde revelar “um estrato cultural profundo, tão pouco comum que se torna quase incompreensível” ((GINZBURG, 1987: 127).

Ao buscar respostas que iluminem os problemas formulados pelo historiador atual, não impede que variadas perguntas possam ser feitas às fontes. No entanto, as revelações que ocorrem durante o processo de pesquisa produzem um caminho muitas vezes avesso ao proposto inicialmente. Suposições podem ser rejeitadas ou aceitas, o que não invalida a aplicabilidade de diferentes perguntas, sejam elas voltadas à cultura, à política e à sociedade, sejam os documentos supostamente voltados à política ou não. Pode-se objetar, mas o “volume de conhecimento devotado ao sentido dos ‘grandes livros’ não foi estendido além de limites razoavelmente justificados” (GUNNEL, 1981: 93).

“Palavras do historiador, que não é um juiz”, argüi Lucien Febvre, pois “este livro é de História, e não de inquisição” (FEBVRE, 1998: 25-26). As afirmações revelam bem a idéia de que ao historiador não cabe julgar e qualificar. À história, específica a cada olhar, acrescenta-se a diversidade. Aplicar a leitura das fontes pensando que elas são o reflexo ideal de um período, como se um dado autor pudesse sintetizar melhor os conceitos de sua época, incorre na seguinte questão: faria diferença perguntarmos sobre a idéia de príncipe para um camponês que trabalha os campos e para um primeiro-ministro, como Richelieu? Penso que os códigos e as respostas talvez tenham um fundamento mais elaborado em se tratando de um homem que teve acesso a diferentes leituras e pôde centrar suas atenções na orientação real e redigi-las em dado momento. No entanto, se é possível percebermos o elemento príncipe nas diferentes camadas sociais é possível realizar a leitura atenta do ideal de príncipe nas mais diferentes acepções. É importante que tenhamos em mente as perguntas e o teor das respostas, e que elas sejam produzidas ao longo do caminho percorrido, para, então, formularmos hipóteses condizentes com a própria relação e os códigos existentes nos diferentes grupos e camadas sociais. Se isto não estiver devidamente especificado, poderíamos estar correndo o sério risco de efetuar perguntas como as que foram direcionadas pelo inquisidor a Menocchio: as respostas esperadas, produzidas por teólogos, que produziam teorias relacionadas ao mundo da religião, não compactuavam com as respostas do interrogado. O interrogatório poderia resultar num verdadeiro diálogo em que as partes falassem dos mesmos sentimentos e crenças, somente os recursos usados pareceriam distar da realidade específica de cada um.

É possível notar que cada grupo possui seus códigos específicos, uma linguagem específica, propiciando a cada membro um dado trânsito e uma comunicação, o que, de fato, exclui qualquer intenção qualitativa no sentido de pequeno ou grande autor, pois seria o mesmo que juntar sociedades distintas com uma mesma finalidade. De acordo com Elias, “a sociedade, como sabemos, somos todos nós; é uma porção de pessoas juntas. Mas, porção de pessoas juntas, na Índia e na China, formam um tipo de sociedade diferente da encontrada na América ou na Grã-Bretanha. A sociedade composta por muitas pessoas individuais na Europa do século XII era diferente da encontrada nos séculos XVI ou XX” (ELIAS, 1994: 13). É mais válido optar pela classificação das perguntas de acordo com as realidades específicas de cada cultura e não eleger fontes em hierarquia de importância.

Neste sentido, o *Testament politique* de Richelieu é um documento que possui códigos e intenções que o identificam a um dado grupo na hierarquia social, sendo difícil qualificá-lo como pequeno ou grande autor. O fato é que ele escreveu relatando suas idéias a respeito de uma gama variada de assuntos, deixando, também, idéias sobre o príncipe. E, portanto, as perguntas elaboradas para o *Testament politique* de Richelieu precisam estar, pelo menos a maior parte delas, minimamente conectadas ao mundo estudado.

O presente trabalho pretende inquirir, mais detidamente, sobre a idéia de príncipe perfeito, inerente ao *Testament politique* do cardeal Richelieu. Analisar sobre o contexto da sua produção, não como um reflexo pálido e casuístico de uma realidade, mas, buscar observar entrelaçamentos e códigos de hierarquia, que se queria ver hegemônica. Como salientou E. Barker era preciso “estudar o tumultuado ruído do cotidiano da caverna, antes de se transportar à luz da contemplação” (BARKER In KING, 1980: 23). Ao pensar neste sentido, a teoria política produzida no *Testament politique* pode muito bem caracterizar um drama no qual a cena política possuía os principais atores se confundindo com os produtores. Nas palavras de G. Balandier é fato notório que na “vida social as transposições efetuadas pelos atores do drama e a teoria têm ligação: juntos, compõem e expõem uma mesma ordem de realidade” (BALANDIER, 1982: 13).

2 - A idéia do príncipe, hoje

Ao selecionar o *Testament politique* do cardeal Richelieu, dentre os inúmeros textos produzidos no princípio do Estado absolutista francês, as dúvidas poderiam conduzir para um estudo voltado às aplicações políticas do século XXI, à atualidade dos debates sobre o poder do Estado em relação à liberdade dos grupos econômicos, a (re) partição dos poderes em diferentes instâncias e instituições, etc. As questões que, por serem atuais, também ocupam o pesquisador da Época Moderna. Por sua vez, o historiador pode formular questões variadas, de acordo com a postura acadêmica, podendo partir da solução de problemas atuais, até ousar na imparcialidade.

Atualmente, conforme as mais recentes análises, a História reúne discussões que não tentam excluir nem a imparcialidade e, nem muito menos, nega as influências do presente nas questões direcionadas ao

passado. Parece justo argumentar que os estudos recentes ainda fogem, de certo modo, a temas quase alheios aos problemas contemporâneos. Isto se dá, principalmente, porque, de acordo com João Adolfo Hansen, no século XVI as monarquias ocidentais, apesar de recém-constituídas, formulavam e fundavam, em princípio, doutrinas carregadas de erudição teológico-retórica, em que “o estabelecimento de uma ligação necessária e sacralizada do Estado ao soberano é central” (HANSEN In NOVAES, 1996: 135).

É preciso notar que a conjuntura política em que foram produzidas as obras sobre o poder monárquico exaltavam em demasia, se observarmos com os olhos de hoje, os princípios de uma teoria política imbricada a uma teologia. Apesar de um pragmatismo evidente durante o século XVII francês, a religião ainda alimentava as chamas que iluminavam a idéia de um príncipe lugar-tenente de Deus na Terra.

Assim sendo, a literatura política que busca exortar as virtudes do príncipe tem participado do mundo das ilusões, figurando como construção utópica distante da nossa realidade. Esta pode ser, portanto, orientação justificável para aqueles que se debruçam sobre as questões referentes à história das idéias políticas, principalmente se verificarmos que temas voltados à compreensão dos elementos simbólicos da sacralidade política da França moderna permeiam o estudo da literatura política daquele período, pois a idéia de um Estado conectado ao soberano dominava boa parte da literatura política que serviu de base a este trabalho.

O “domínio do sagrado”, como exalta Marc Bloch, permaneceu vivo na França da época de Richelieu. Todavia, apresentou-se menos apologético, mais didático e mais pragmático. O Estado estava diretamente conectado ao soberano e a religião passava, então, a justificar a relação, e não poderia ser mais, principalmente na França, o objetivo central da conexão entre Estado e soberano. Na verdade, naquele tempo, a literatura produziu diferentes formas de pensar a política; umas voltadas à mescla entre religião e política, outras se distanciando mais dos elementos sacros, partindo para uma idéia de Estado mais efetiva, como é o caso de Hobbes e de outros, ainda, que se dedicaram a realçar as virtudes cristãs para a boa condução do governo por parte de príncipes, no caso de Bossuet (LOPES, 1997: 25).

A situação política revela, muitas vezes, o porquê da hierarquização das fontes. A diferenciação entre os autores parte, principalmente, da experiência política dos historiadores que se propõem a eleger os pensadores que apresentam maiores debates teóricos sobre a prática política atual.

A história das idéias de diversos autores esteve comprometida com a solução dos problemas do seu tempo, procurando os desvios e as causas dos mesmos problemas registrados no passado. A história das idéias políticas não pôde ser concebida de outra forma, pois, como observa René Rémond, “a história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político” (RÉMOND, 1996: 60). De fato, o historiador marcado por problemas de seu tempo arvora-se como guia da civilização, tentando solucioná-los à luz de seu intelecto.

Não optar pelo estudo das dimensões simbólicas do absolutismo monárquico e eleger autores que, segundo nossa concepção, caracterizam o conjunto dos grandes clássicos, reflete bem a concepção de que se deve privilegiar, quase que exclusivamente, os autores que possam dar contribuições aos problemas que estão sendo vivenciados na atualidade.

É justificável, por isto, a razão da história das idéias políticas ainda continuarem privilegiando temas dominantes da política atual em detrimento dos “eixos inatuais” (RIBEIRO, 1993: 11). Aproveita-se desta maneira para justificar estudo voltado à idéia de príncipe inerente ao *Testament politique* de Richelieu, mesmo que pesquisas interessadas no caráter sagrado das realezas e na idéia de príncipe ainda sejam questionadas sobre as contribuições que possam oferecer ao presente. Num mundo de rotinas e de banalização, de computadores e de muita informação, distante da realidade cortesã e do príncipe que se deseja ver lugar-tenente de Deus na Terra, um estudo pode lamentar, mas, também, almeja o novo.

3 - O Testament Politique

Não houve, pois, jamais, obra mais útil aos que são chamados para o manejo dos grandes negócios. Os reis, os príncipes, os favoritos, os ministros, os conselheiros de Estado, os eclesiásticos, os nobres, os magistrados, os cortesãos, enfim todas as espécies de pessoas acham aqui uma quantidade de instruções de valor inestimável.

(JANSSONS WAERSBERG editor de 1709)

A obra do cardeal é vasta. Existem mais de oito volumes de *correspondência*, perfazendo aproximadamente 7.000 páginas. Deste conjunto, Marcel Prélot acredita que “as suas idéias políticas são, sobretudo formuladas nas suas *Máximas sobre o Estado* e no seu *Testament Politique*”

(PRÉLOT, 1974: 192). De acordo com Jean-Louis Thireau, “de todos os textos publicados sob o nome de Cardeal de Richelieu (*Mémoires, Maximes d'État*), o *Testament Politique* é o que dá mais lugar à reflexão política, que expõe, se não uma verdadeira doutrina, pelo menos as idéias mais elaboradas sobre o governo do Estado” (THIREAU, 1993: 1005). Todavia, desde sua origem, o *Testament Politique* revela-se contraditório e, ao mesmo tempo, misterioso. De fato, “os debates que já surgiram e surgirão sobre o caráter e as obras de Richelieu são infundáveis” (WEDGWOOD, 1963: 143).

Ao dedicar-se à escrita do *Testament*, Richelieu evidencia, novamente, o sentimento de compromisso e de aliança perante a monarquia francesa, significando, para as gerações posteriores, “o homem da pesada centralização monárquica” (LADURIE, 1994: 72), ou, como dizia o Conde de Saint Aulaire, “Richelieu não é o pai do absolutismo. Ele é o tutor” (AULAIRE, 1932: 259). Tendo levado praticamente cinco anos para completá-lo, conforme Roger Gaucheron, responsável pela introdução e notas do documento, ele teria sido redigido “(...) provavelmente entre 1635 e 1640, contendo inumeráveis cartas e memórias ditadas a seus secretários, no curso do exercício de seu cargo ministerial de 1624 a 1642” (RICHELIEU, 1933: 02).

A obra apresenta série de máximas que já tinham sido desenvolvidas, em parte, nas suas *Memórias* e em outros textos, produzidos quando da função de bispo. Em se tratando do *Testament Politique*, entretanto, Richelieu pretendia que ele se constituísse num “manual de instruções para Luís XIII, após a sua morte, e grande parte dele se relaciona com problemas específicos da monarquia francesa da época e, mais especificamente, com o caráter peculiar do rei” (WEDGWOOD, 1963: 138). Foi, portanto, obra elaborada e produzida tendo como alvo principal o rei Luís XIII. Não seria novidade uma obra voltada à educação do príncipe, tendo em vista a enxurrada de textos que se propuseram ao mesmo objetivo. A obra, em função das características da época e, pela função ocupada por Richelieu no governo francês, é um fato concreto de pesquisa.

Cabe indagar porque dedicar tão longo tempo na escrita de máximas visando a orientar o príncipe na conduta e na administração do Estado, ao invés dele mesmo, autor, partir para a ação direta? Outra indagação que nos vem à mente é: por que Richelieu não teria levado a cabo a vulgarização da obra, como o fizera com praticamente todos os outros escritos que produziu? Homem ávido por glória, teria mantido os escritos apenas em manuscritos por acreditar que eles seriam úteis apenas ao rei?

Perguntas como estas levaram muitas figuras célebres, como Voltaire, a se perguntar como isto pode ter acontecido.

O manuscrito do *Testament Politique* foi impresso pela primeira vez apenas em 1688, tomando como base uma cópia efetuada por um livreiro de Amsterdã, Henry Desbordes. Desde a aparição do primeiro volume impresso, dúvidas foram suscitadas, avivando controvérsias acaloradas na França e na Europa. A principal delas foi levantada pelos críticos e teria tratado sobre a autenticidade da obra póstuma, supostamente produzida pelo Cardeal Duque de Richelieu, pois desde “a aparição misteriosa deste texto em Amsterdã, em 1688, data da primeira edição conhecida, tem parecido bastante estranho aos bons espíritos, no século XVII, XVIII, XIX, e praticamente até nossos dias, tendo colocado em causa a paternidade de Richelieu sobre este texto” (CARMONA, 1984: 363).

A dificuldade em definir a autenticidade das obras de Richelieu não se restringiu apenas ao *Testament Politique*, mas, a praticamente boa parte da produção de cartas e de obras atribuídas como sendo de sua autoria.

Mesmo tendo sido ignorada pelo público leitor durante muito tempo, a existência da obra, conhecida por *Testament Politique*, não era desconhecida, em verdade, dos familiares de Richelieu. Um deles, Raconis, bispo de Lavaur, que freqüentava assiduamente o Palais-Cardinal louvou, na oração fúnebre, os esforços de Richelieu na produção de um documento, segundo ele, útil aos homens de Estado. De acordo com Raconis, a obra de Richelieu era digna de “imortalizar sua memória” (GAUCHERON In RICHELIEU, 1933: 02). Outro membro atuante na Igreja Católica da época, o arcebispo de Toulouse, Montchal, teria dito que ouviu as palavras do próprio Richelieu, durante uma assembléia do clero de 1641, “que ele tinha endereçado uma memória do que ele aconselhava ao Rei fazer para o bem de seu Estado” (GAUCHERON In RICHELIEU, 1933: 02). O arcebispo de Toulouse ressaltou que havia recolhido estas palavras de suas próprias *Memórias*.

A confusão sobre a autenticidade da obra não teria fim tão cedo. Ao se buscar a raiz das impressões atuais, descobriu-se que dois manuscritos do *Testament Politique* haviam sido encontrados, mas o original teria se perdido. Uma das cópias manuscritas seria proveniente do antigo secretário do cardeal, Le Masle des Roches, e foi levado por ele com seus livros, em 1662, para a biblioteca da Sorbonne. O outro, foi conservado nos arquivos do cardeal, reunidos no castelo real, onde sua sobrinha, a duquesa d'Aiguillon, que o herdou, o guardava. Depois da morte da duquesa, em 1675, o manuscrito foi entregue a algum privilegiado. Estabelecem-se, portanto, duas cópias de dois exemplares, sendo que

uma delas foi remetida à Livraria Desbordes. É através dela que ficou facilitada a interpretação das notas escritas por Het, um antigo subpreceptor do delfim, que pôde contar com a facilidade de incrementar a obra tendo em mãos os originais manuscritos do *Testament Politique*.

A controvérsia sobre a verdadeira autoria da obra suscitou o interesse em, como dizia o costume, elogiar o cardeal nos discursos de recepção na academia francesa, local onde, na data de 15 de janeiro de 1693, La Bruyère foi levado a falar dos escritos produzidos por Richelieu, em particular do *Testament Politique*. Na ocasião, o autor dos *Caracteres* enfatizou que sobre tal obra jamais poderia haver qualquer dúvida com relação a sua autenticidade, pois não havia dúvida alguma de que teria sido arquitetada e construída pela engenhosidade da inteligência de Richelieu. Conforme as afirmações de La Bruyère,

“Abrir seu *Testament Politique*, digerir esta obra: é a pintura de seu espírito; sua alma toda inteira se desdobra; descobre-se o secreto de sua conduta e de suas ações; acha-se a fonte e a verossimilhança tanto de si como dos eventos que se forma durante sua administração; aonde se vêm sem pena que um homem que pensa de si virilmente e se ajusta para agir seguramente e com sucesso, e que aquele homem perfeito fez de si grandes coisas onde não se tem jamais escrito sobre isso, onde tem devido escrever como ele a fez” (LA BRUYÈRE apud GAUCHERON, 1933: 02-03).

La Bruyère talvez estivesse ressaltando os aspectos implícitos na obra, relacionados à não intenção de Richelieu em divulgar a obra para um público mais amplo, sendo esta uma questão importante para reconhecermos suas concepções sem a habilidade do escritor tentando se esconder por detrás de afirmações muitas vezes desacreditadas. Pensar na relação reveladora do autor nos remete ao que Peter Burke ressaltou sobre a época de Richelieu e Luís XIV, momento em que “um escritor a serviço do cardeal Richelieu havia sugerido que ‘belas palavras’ eram para o príncipe uma maneira de ‘seduzir’ o povo, ‘de enganá-lo com as aparências’”¹ (BURKE, 1994: 17). De fato, ao remeter o *Testament Politique* unicamente ao rei Luís XIII, apresenta seus conceitos e idéias mais preciosas sobre a maneira de administrar e conduzir os negócios do Estado, bem como um modelo idealizado de príncipe.

¹ Apesar de Burke não citar o nome do escritor a serviço do cardeal Richelieu, vale a afirmação que decorre da referência. Richelieu possuía, dentre outros, um assistente literário chamado Bourzeis, que mais tarde veio a ingressar na *petite académie*. Na época de questionamento da autenticidade do *Testament politique*, Bourzeis foi

Passam-se as épocas e o questionamento suscitado permanece. No entanto, parece ser no alvorecer do Iluminismo que o *Testament Politique* encontrou os maiores adversários com relação a sua autenticidade. Apesar de possuir admiração imensurável em relação ao primeiro ministro, Voltaire talvez tenha sido a figura mais expressiva a insistir nas críticas, buscando encontrar argumentos e provas que pudessem revelar a ausência da mão de Richelieu na escrita do *Testament*. Naquela situação, portanto, vem à tona um intenso debate, deflagrado, principalmente, por Voltaire, curioso em desvendar os mistérios que envolvem a escrita da obra e, do outro lado, o marechal de Richelieu, que usou de todos os artifícios para comprovar o valor e a autenticidade da obra. Após avanços e recuos de ambas as partes, Voltaire afirmou que a obra não era proveniente da pena de Richelieu, e que teria sido escrita por outros que circundavam o cardeal. No caso, o argumento forte usado pelo marechal era feito, justamente, no sentido de confirmar que Richelieu não teria escrito do próprio punho a obra, por causa de problemas que teve no braço direito, mas, foi ele próprio a ditar e a revisar os manuscritos.

Após, verificados os argumentos de ambas as partes, defendidas em intenso debate, conduzido pelo marechal de Richelieu, Voltaire reconhece, mesmo que de modo bastante suspeito, que a narração teria sido composta “sobre os olhos do cardeal de Richelieu” (VOLTAIRE apud GAUCHERON, 1933: 05). A influência dele e o respeito quase temeroso dos que o cercavam permitia o inalterado propósito dele em seus escritos, pois, de acordo com R. J. Knecht,

“Tem havido bastante discussão quanto à autenticidade de ambos, mas, hoje em dia, considera-se geralmente que foram concebidos pelo cardeal. No entanto, a escrita em si foi feita pelos secretários, todos eles homens medíocres, suficientemente próximos de Richelieu para conhecer as suas perspectivas, mas que nunca se teriam atrevido a intrometer-se no que quer que fosse que estivesse a escrever (...) Não há dúvida de que o *Testament Politique* recebeu maior atenção pessoal por parte de Richelieu” (KNECHT, 1999: 196).

De acordo com Michel Carmona (CARMONA, 1984: 363), de fato, ao longo da atuação de Richelieu como primeiro-ministro, sua saúde foi sendo prejudicada a cada ano que se passava. “Por volta do fim de sua vida, Richelieu, muito ocupado, se viu obrigado a abandonar este trabalho. Ele concentrou suas energias na redação do *Testament Politique*, documento capital, mas de uma característica diferente porque, reservado para o uso

exclusivo do Rei, ele não tinha destinado a obra para publicação” (CARMONA, 1984: 367). De acordo com o mesmo autor, Richelieu foi acometido de grave abcesso no braço direito, fato que o impedia de escrever do próprio punho, incluindo até mesmo as cartas endereçadas ao rei, como o atesta o editor de 1709: “É preciso considerar também, que muito antes da sua morte o Cardeal não escrevia mais por causa do incômodo que tinha no braço, sendo obrigado a ditar todos os despachos e como aparentemente não quis escrever o *Testament Politique* por outra mão, encontrou-se impossibilitado de escrevê-lo ele mesmo, e daí a omissão” (WAERSBERG, 1959: 12)². A omissão que o editor de 1709 se refere é sobre o nascimento de Luís XIV, fato inusitado ocorrido que Richelieu sequer cita em seu *Testament Politique*. Na intensa controvérsia, portanto, surgem maiores argumentos e comprovações que dizem respeito à autoria do *Testamento Politique*, por ser obra escrita justamente num período de intenso sofrimento, em que o próprio Richelieu acreditava estar chegando ao fim. Neste caso, Richelieu, como boa parte dos primeiros-ministros, possuía o que chamavam de “*secrétaires à la main*”, que realizavam a escrita dos textos ditados por seu *patron*.

Pode-se objetar quanto à autenticidade do documento elaborando uma série de argumentos contrários. Pensamos que a melhor saída para a pesquisa seja encontrar um problema externo nas entranhas da própria obra. Ou seja, nada melhor do que se conhecer o autor através de seus escritos, local em que seus pensamentos, mesmo que desejasse omitir uma série de elementos do cotidiano, apontam para soluções pragmáticas ditadas pelo cardeal.

Uma leitura atenta sobre as diferentes publicações de cartas de Richelieu revela bastante sobre seu pensamento, pelo fato de estarem presentes idéias e máximas que deixou marcadas em seu testamento. Na sua essência, o *Testament Politique* traz à luz uma série de apontamentos produzidos em sua época, comparações e pensamentos denotando conhecimento de causa sobre diversos problemas enfrentados em conjunto com seu rei. Um bom exemplo, dentre tantos, estaria na idéia defendida por Richelieu sobre o fortalecimento da marinha francesa, sempre atenta à crescente hegemonia espanhola na guerra e no comércio marítimo. Em decorrência disto, acrescenta Richelieu,

considerado por muitos como o responsável pela correção de tal obra, por ter tido uma ligação muito próxima na produção de vários documentos escritos por Richelieu.

² RICHELIEU. *Testamento político*. São Paulo: Atena, 1959. Janssons WAERSBERG é o editor dessa versão, em português, da qual utilizo apenas os comentários do editor e do tradutor da obra.

“O poder das armas exige não somente que o Rei seja forte sobre a terra, mas também que ele seja poderoso no mar. Quando Antoine Perez foi recebido na França pelo falecido rei, vosso pai, e que para lhe fazer passar sua miséria com doçura, assegurou-lhe bom ordenado, esse estrangeiro querendo reconhecer a obrigação que tinha em relação a este grande rei, fez ver palavras, três conselhos que não são de pouca consideração, *Roma, Consejo y Mar*. O conselho deste velho espanhol, consumido nos negócios do Estado, não deve tanto ser considerado pela autoridade que dá senão pelo seu próprio peso” (RICHELIEU, 1933: 137).

Conforme nota de fim de página, Roger Gaucheron informa sobre a existência das mesmas informações, arroladas acima, nas *Memórias* de Richelieu:

“Isto ocorreu até o presente, escreveu Richelieu em uma memória de 18 de novembro de 1626, uma grande vergonha que o Rei, que é o mais velho de todos os reis cristãos, foi, nisto que é ser poderoso no mar, inferior aos menores príncipes da cristandade, S. M., não prevenindo o mal que chegava a seu reino e a seus súditos se esta resolução não fosse posta em ordem, mantendo assim o poder tanto no mar como na terra” (GAUCHERON In RICHELIEU, 1933: 239).

Apesar do objeto principal da pesquisa não ser o de atestar a autenticidade da obra, é possível notar a consistência das informações descritas no *Testament Politique*, obra cujas descrições e máximas podem ser identificadas em outros escritos do autor em questão. Richelieu possuía ambições notáveis diante do poderio marítimo francês, o que foi demonstrado em outubro de 1626, quando veio a ser *grand maître et surintendant de la navigation et du commerce* francês. Nada mais louvável do que apresentar opiniões a respeito. “O *Testament Politique* do cardeal revelou em que ponto o crescimento da presença sobre o mar da França era devido a uma obsessão de sua política” (CARMMONA, 1984: 191). Para estabelecer definitivamente o poderio marítimo da França e garantir certa estabilidade para a mais nova honraria adquirida, Richelieu ostenta a posição e transmite toda sua autoridade descrevendo quais os meios para manter e aumentar a posição francesa nos mares. De fato, “Richelieu se transporta em sua imaginação e repete seu catálogo. É então que ele escreve... Segundo um hábito ao qual ele será fiel, ele toma a pena para falar de si mesmo, das circunstâncias graves, a fim de exaltar seus pensamentos, de precisar um plano, de fixar uma resolução. É um procedimento de concentração (...) Seu pensamento foi exatamente

formulado: isto basta, é a sua assinatura autêntica” (AULAIRE, 1932: 63).

O posicionamento assumido por Richelieu na escrita do *Testament Politique* revela, logicamente, a bagagem de um dado grupo. É preciso notar que o tema e o objetivo do *Testament* não apresentam modificações bruscas se comparados com diversos autores contemporâneos seus. A principal diferença reside na terminologia aplicada para descrever e indicar máximas ao príncipe. Fato que significa ponto passivo em praticamente todas as obras que pôde escrever é o caráter pragmático e a objetividade na escrita. Enquanto autores como Tomas Hobbes, e o próprio Descartes, divagavam em apologias, Richelieu concentrava-se na produção de idéias práticas e fáceis de serem assimiladas pelo interlocutor.

Outro elemento importante de ser destacado é a autoridade respaldada pelo cargo de primeiro-ministro. A mesma submissão demonstrada em relação ao rei, Richelieu esperava receber daqueles submetidos as suas ordens. Como bem informou J. H. Shennan era comum, na França, naquele tempo, os reis identificarem as relações do monarca perante os súditos como se fosse uma relação de pai para filho. Obviamente, numa sociedade paternalista, a figura do pai recebia grande parte das honrarias, cabendo aos filhos circundá-los, gravitando ao redor do centro das atenções. Esta seria, portanto, uma das políticas primordiais almejadas por Richelieu: torná-la centro de decisões, aumentando, por conseqüência, o poder de influência do primeiro-ministro.

É perfeitamente possível encontrar passagens muito semelhantes ao que foi escrito no *Testament Politique* e nas suas *Memórias*. Mas, há algo mais que isto. De fato, o elemento que nos permite situar estas máximas diante do conjunto de seus textos é a sua idéia, mais ou menos clara, mais ou menos difusa, do príncipe perfeito, a noção de maturidade contínua do príncipe levando a uma ordem, apesar de tudo que há de desordens na sociedade que se lhe apresenta. Em seu *Testament Politique*, Richelieu usa da imaginação e dos exemplos ainda vivos em sua memória para ensinar pelos *exemplos* de alguns homens de têmpera, buscando incutir no príncipe a esperança de tempos melhores para o rei e sua monarquia.

De acordo com Roger Gaucheron, a obra, de fato, tem o propósito de oferecer ao leitor as melhores e as mais belas páginas do *Testament Politique*. Como diria um dos primeiros estudiosos a se debruçar sobre os manuscritos do *Testament Politique*, aqui aparece “a marca de seu espírito, o traço de sua mão, a marca do leão” (HANOTAUX, 1899: 35). Conforme Michel Carmona,

“O mais interessante, para o leitor de hoje, não é, entretanto, seguir por

este caminho. Ele reside na paixão contínua que Richelieu anuncia em sua obra histórica e que brevemente, vibrante, ao longo das centenas de páginas aonde o político, o moralista, teólogo e o homem, tudo simplesmente, não poderia deixar de pintar o extremo do olhar ao acaso de uma anedota, de um julgamento, de uma máxima. A gente pode imaginar a inquietude e o gozo que deve ter empurrado o cardeal, fazendo a história, ao se esforçar para desenhar a imagem mais favorável. Este é talvez, uma fraqueza sob o olhar crítico do historiador profissional, para quem a objetividade se acomoda mal com um tal calor. Mas que insubstituível espelho da França desta época, de seus jogos políticos e do choque das ambições que se afrontavam em campos fechados! “ (CARMONA, 1984: 368).

Vencida a etapa difícil de se superar, não restam dúvidas da inerente preocupação de Richelieu em deixar idéias póstumas para o príncipe. Não sendo este o local de intenso debate no sentido de encontrar verdades do paradeiro da obra original, cabe, sim, verificar quanto cobiçada tem sido e como chegou até nós, em francês, uma cópia que foi incluída juntamente aos *Pensées Politiques* e as *Lettres à divers*, contendo o *Testament Politique* na primeira parte das *Oeuvres du Cardinal de Richelieu*.

Suprimidas as indagações a este respeito, pensamos ser relevante “(...) compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor (...)” (SKINNER, 1999: 13), partindo para a própria análise do documento, tendo em mente que ele expressa, sem sombra de dúvida, o pensamento político de Richelieu.

Diante de argumentos diversos, autores posteriores compreendiam e usavam o *Testament Politique* acreditando na viva esperança de pôr em prática, máximas elaboradas à luz das experiências de Richelieu, tornando-se esta última, uma marca indiscutível de seu pensamento nas mais diferentes áreas da política.

Considerações finais

Este trabalho não privilegiou o estudo da história das idéias políticas no estilo dos “*grands doutrinaires*” (VOEGELIN, 1979), compartimento que Voegelin considerou exagerado. É notável que, sem desconsiderar a importância de um conhecimento mais aprofundado das doutrinas políticas, a história das idéias políticas é pensada, hoje, de maneira diferente, esforçando-se por integrar as “doutrinas”, os “sistemas filosóficos” dos

grandes autores ao complexo de crenças políticas comum também a seus contemporâneos não-eruditos. Justifica-se, destarte, a “proposta de uma história social das idéias, tomando por objeto o seu enraizamento e circulação” (CHARTIER, 1990: 48). Vale considerar e “reconhecer o vínculo essencial entre o texto em sua materialidade, que suporta os textos, e as práticas de apropriação, que são as leituras” (CHARTIER, 2001: 29). A crença no direito divino dos reis, que apesar de ter sido utilizado mais como instrumento político do que propriamente uma fé, foi vivida intensamente pela grande maioria do povo francês, como bem demonstrou Marc Bloch (BLOCH, 1993). Apesar da existência de intelectuais produzindo reflexões sobre o direito divino e as formas pelas quais os reis deveriam exercer o seu poder, a imensa maioria compreendia e fazia suas próprias reverências, de acordo com o que estava ao seu alcance.

Ao analisar obras e autores que discutem a história das idéias políticas, nota-se que, ao pesquisador cabe informar quais as impressões teóricas que o dominam no momento em que redige. Do contrário, estaria dispersando esforços na tentativa de sintetizar teses variadas sobre o assunto sem esclarecer o que realmente pensa a respeito.

Tal esforço também revela uma dada noção de história, noção que não deixa de ver no passado uma expressão única da experiência humana, mas que não deixa no anonimato o momento histórico do historiador. Ernst Kantorowicz ilustra bem o distanciamento/aproximação perante o objeto de pesquisa, afirmando que não existe possibilidade do historiador manter distante de si as “aberrações recentes”, mas, que elas não se apresentem como “causas ou determinantes do curso da presente investigação” (KANTOROWICZ, 1998: 10-11).

Realizar um trabalho de análise documental, tendo à frente uma fonte produzida por um primeiro-ministro como Richelieu, obrigou-nos a descrever a compreensão que se tem de história das idéias políticas. Isto, porque o *Testament politique* integrou o que poderíamos chamar de a “civilização do livro” no *Ancien Régime*, apresentando inúmeros aspectos de uma sociedade ainda fortemente pautada na organização das três ordens, resquícios da cultura medieval.

Para finalizar, a classificação das obras entre as que pertencem aos grandes clássicos e as que não pertencem, se viu vazia de argumentos que comprovassem a hierarquização de determinadas obras. Posto isto, notou-se que a hierarquização das fontes deve ser encarada apenas como recurso de seleção do pesquisador, principalmente na delimitação do conjunto das fontes.

Referências Bibliográficas

Fonte

RICHELIEU. *Testament politique*. In: *Oeuvres du cardinal de Richelieu*. Paris: Plon, 1933 (com introdução e notas de Roger Gaucheron).

Bibliografia

- AULAIRE, Comte de Saint. *Richelieu*. Paris: Collection les Constructeurs, 1932.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília (E.U.B.), 1982.
- BARKER, E. "O estudo da ciência política". In: KING, Preston. *O estudo da política*. Brasília: E.U.B, 1980.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- CARMONA, Michel. *La france de Richelieu*. Bélgica: Fayard, , 1984.
- CHARTIER, Roger. "História das mentalidades / história das idéias". IN: *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GUNNEL, John G. *Teoria política*. Brasília: EUB, 1981. p. 93.
- HANOTAUX, G. *Histoire du cardinal de Richelieu*. Paris: 1899, vol I.
- HANSEN, João Adolfo. *Razão de estado*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996.
- KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei*. Um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KING, Preston. *O estudo da política*. Brasília: E.U.B, 1980.
- KNECHT, Robert Jean. *Richelieu*. Portugal: Inquérito, 1999.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O estado monárquico: França 1460-1610*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LOPES, Marcos Antônio. *O político na modernidade*. São Paulo: Loyola, 1997.

PRÉLOT, Marcel. *As doutrinas políticas*. Lisboa: Presença, 1974. Vols. 2.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Renato Janine. *A última razão dos reis: ensaios sobre filosofia e política*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

THIREAU, Jean-Louis. "Testament politique". IN: CHÂTELET, François & DUHAMEL, Oliver (orgs.). *Dicionário de obras políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

VOEGELIN, Eric. *A nova teoria política*. Brasília: EUB, 1979.

WEDGWOOD, C. V. *Richelieu e a monarquia francesa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

